

A CIDADE-JARDIM: ENTRE O DISCURSO E A IMAGEM – UMA REFLEXÃO SOBRE O URBANISMO DE PORTO ALEGRE

Célia Ferraz de Souza

Todas as cidades são, entre outras coisas, uma projeção dos imaginários sociais no espaço.

(Baszko, 1986, p.313)

A IDÉIA DO PROJETO – DA CRIAÇÃO INDIVIDUAL AO IMAGINÁRIO COLETIVO

Não quero aqui discutir se ao fazer Arquitetura ou Urbanismo está-se fazendo técnica, ciência ou arte. Entretanto, não se pode desconhecer que o período de elaboração de um projeto arquitetônico ou urbanístico passa inevitavelmente por um processo criativo individual ou mesmo de pequenos grupos, que envolve um “sentimento sublime”, como diria Kant (citado por Chauí, 1995), ao tocar no “produto das criações artísticas”.

O projeto arquitetônico e urbanístico, acima de tudo, procura traduzir os desejos e aspirações de clientes, proprietários, empresas ou poder público, através da capacidade de elaboração do(s) arquiteto(s) e/ou urbanista(s). Entretanto, ao ser tornado público, esse projeto pode alcançar os desejos e as aspirações de um coletivo maior, identificando-se com outras esferas, sejam elas do poder, dos interesses econômicos, dos técnicos ou outras, passando, a partir de então, a assumir um caráter de representação coletiva, representação social. Representa aquilo que determinados grupos acham melhor para alguns, ou mesmo para todos, em determinada época. Dessa forma, a Arquitetura e/ou o Urbanismo se transformam num fato social de abrangência bem maior, alcançando significados não explícitos que decorrem da característica simbólica assu-

Célia Ferraz de Souza é arquiteta, mestra em Planejamento Urbano e Regional e professora na Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

mida. De acordo com Marx (citado em Baczko, 1986, p.304), “é através das suas representações que uma classe social exprime suas aspirações, justifica moral e juridicamente os seus objetivos, concebe o passado e imagina o futuro”. Considerando que o Urbanismo está atrelado ao poder e às classes dominantes, muitas vezes assume a forma específica de valorização dos mesmos, tornando-se urbanismo de representação (Souza, 1997). Embora a Arquitetura como edificação também seja símbolo de várias manifestações sociais, devido ao fato das construções poderem se tornar monumentais, envolvendo custos altos, materiais caros e muitas vezes mão-de-obra especializada, torna-se muito fácil para o poder utilizar-se dela para reforçar sua imagem. Um palácio não é a simples residência de algum chefe de Estado, por exemplo, mas a sede do poder e, como tal, assume características magnificentes. O *shopping center* não é apenas um local de compras, mas representa hoje o templo do consumo, ocupando lugar de destaque nas cidades. A arquitetura como monumento assume, portanto, uma representação simbólica em que o significante passa a ser menor em relação ao significado.¹

Nesse sentido, entra um outro aspecto, o qual Baczko (1986, p.299-300) chama de “poder de controle dos símbolos”, ou, ainda, de “relação poder e propaganda”, que envolve a questão da manipulação dos símbolos. O símbolo é uma representação da realidade, a qual dá sentido às relações sociais, ou à vida societária. Portanto, vincula-se diretamente ao imaginário social, uma das forças reguladoras da vida coletiva. Apoiando-me ainda no autor citado, pode-se depreender de seu texto que o imaginário social é uma peça efetiva e eficaz do dispositivo de controle da vida coletiva, e, em especial, do exercício da autoridade e do poder. Ele se torna, ao mesmo tempo, lugar e objeto.

Os projetos arquitetônicos e urbanísticos, assim como as obras construídas nesse contexto, são vistos como representações sociais, atuando no imaginário coletivo, seja de toda a população ou de determinados grupos, de toda a sociedade, ou de agremiações de políticos, técnicos e/ou outros.

Concordo com Lamas (1993, p.31), quando diz que “a cidade não é um simples produto determinista dos contextos econômicos, políticos e sociais: é também o resultado de teorias e posições culturais e estéticas dos arquitetos e urbanistas”. Mas a maior parte dessas teorias só são aplicadas de acordo com os interesses de grupos dominantes. Paiva, ao escrever sobre a urbanística e a realidade brasileira, mostrava a oportunidade de manipulação que os planos propiciavam. Já dizia ele, na década de 1950, que a

[...] característica típica de muitos planos diretores feitos em nosso país é a sua origem política. Muitos prefeitos, em determinado momento, “descobrem” a existência da Urbanística, suas possibilidades demagógicas e sua utilidade como reforço político. Contratam-se planos com o intuito de usá-los como instrumentos para criar ilusões no seio do povo (declarando, por exemplo, que através deles será resolvido o problema das malocas, ou que o nível de vida do povo será melhorado com sua aplicação, etc.) e com finalidades eleitoreiras. (Paiva, 1959, p.90)

É por esse caminho que pretendo analisar como se dão as transferências das idéias urbanísticas, evidenciando que sempre a idéia importada vem acompanhada de um caráter representativo do imaginário social, o qual se expressa através de imagens ou de discursos. As formas arquitetônicas ou urbanísticas se introduzem no processo de formação de imagens, visuais ou mentais, concretas ou imaginadas. Os discursos, por sua vez, envolvem manifestações pela palavra escrita ou oral dos representantes à sociedade: são discursos técnicos, filosóficos, políticos, jurídicos ou até mesmo de literatos. Assim colocado, é preciso perseguir nos projetos ou nas obras urbanísticas o sentido e o significado, que nem sempre estão explícitos nem na origem das idéias, nem no âmbito de sua influência.

O CONTEXTO URBANO E O URBANISMO

A palavra Urbanismo, criada na segunda metade do século XIX, consagra o aparecimento de um discurso específico sobre o urbano e um enfoque radicalmente novo da cidade como objeto; atitude instaurada pela grande ruptura da revolução industrial, onde é preciso reter a repercussão das transformações tecnológicas, econômicas e demográficas, que fizeram surgir uma nova problemática do urbano e, igualmente, a dimensão crítica que doravante afetará as relações da sociedade ocidental com suas produções. (Choay, 1994, p.13)

É preciso diferenciar desde o início a questão do contexto onde se dão os fatos. Do texto citado de Choay, poder-se-ia extrair a idéia de que o capitalismo e a Revolução Industrial geraram situações idênticas em todos os lugares. No entanto, o mesmo processo que, de um lado, provocava o *desenvolvimento dos países centrais*, criando centros de excelência

tecnológica e, ao mesmo tempo, gerando problemas urbanos, provocava, também, o subdesenvolvimento dos países periféricos, propiciando o crescimento de apenas algumas cidades (*inchaço*), desequilibrando a rede urbana, gerando, aqui também, enormes problemas urbanos, proporcionando os benefícios da industrialização a uma restrita parcela da população. Paul Singer (1968), Gunder Frank (1969), Castells (1973) e outros autores analisaram com profundidade as diferenças contextuais produzidas pelo capitalismo, entre o Primeiro e o Terceiro Mundo. A burguesia e o proletariado cresceram em ambos os casos, entretanto, de formas diferentes. Enquanto nos países desenvolvidos a indústria emergente atraía a população do campo, incrementando o processo de urbanização, nos países subdesenvolvidos o próprio processo de urbanização, acelerado pelo processo tardio de desenvolvimento do comércio, é que atraiu a população, dadas as péssimas condições do campo. Dessa forma, não ocorreu nesses países uma Revolução Industrial, no sentido que a palavra revolução possa sugerir, de mudanças em todos os setores da sociedade, mas sim uma industrialização induzida de fora para dentro e um crescimento populacional desvinculado. No Brasil, a industrialização começa timidamente nos setores de alimentos e indústrias têxteis, ainda no final do Império, vai ampliar-se na República, em função das políticas estabelecidas nesse sentido, mas só com a Primeira Grande Guerra é que a indústria vai ter um desenvolvimento crescente nesse e nos demais setores, fato que se repetirá posteriormente, na Segunda Guerra Mundial, devido à substituição de produtos importados, como demonstram Caio Prado Jr. e Celso Furtado em seus livros de história econômica do Brasil.² E, agora sim, com caráter mais permanente.

Nesse sentido, vamos encontrar nas principais cidades do Brasil, desde o início do século XX, uma grande massa de população chegando às cidades, sem trabalho para todos, sem alojamento, passando a morar em condições subumanas, por exemplo, em cortiços superlotados, embaixo de pontes ou nos becos “imundos”, como destacam os jornais da época, junto aos locais insalubres, alimentando-se muito mal, com baixos níveis de saúde, espalhando-se por uma cidade sem saneamento e sem infra-estrutura, onde a qualidade de vida atinge os seus níveis mais baixos.

As condições físicas até poderiam assemelhar-se ao quadro social da Inglaterra no início do século XIX, ou da França em meados do século passado, ou, ainda, da Alemanha no final do século, mas, à medida que se aproxima do quadro brasileiro, percebe-se que entre os “proletários” destaca-se um número significativo de ex-escravos. No Brasil, a libertação dos escravos e a proclamação da República ocorreram na mes-

ma época, razão pela qual a República passa a ter como preocupação imediata a dissipação da carga cultural deixada desde os tempos coloniais e da escravidão, e, como projeto, a valorização da cidade, do comércio, dos serviços da indústria e das profissões. Não se trata da indústria de transformação do Primeiro Mundo, que era inviável, mas de indústrias têxteis ou alimentícias pequenas e domésticas. Sem tecnologia, infra-estrutura e mão-de-obra especializada, só restava ao País importar os demais produtos. A fatia consumidora da população era praticamente a mesma oligarquia rural que vinha enriquecendo com a produção e a exportação de café, e que, desde a metade do século XIX, vinha-se imiscuindo também em outros negócios, como bancos ou a própria indústria. Essa burguesia emergente imitava a burguesia francesa e, em menos intensidade, a inglesa, principalmente no que dizia respeito aos costumes, gostos e na criação de novidades. A procura dos cafés, confeitarias, *restaurants*, teatros, cinemas, equipamentos que até então não existiam em proporções significativas, passa a ter um incremento ainda maior com a aceitação da presença das mulheres, agora também circulando pelas ruas e assumindo *status* de consumidoras. A sociedade celebrava nas ruas recém-pavimentadas o movimento das lojas, dos escritórios, das faculdades, e nas praças ajardinadas, com canteiros simétricos, como os jardins barrocos franceses, as festas nos coretos, o *footing* das moças e rapazes ou simplesmente sentando nos seus bancos para ver a banda passar.

Muitas cidades chegaram a realizar grandes exposições industriais, a exemplo das exposições internacionais, como foi o caso da Exposição de Porto Alegre do início do século XX. De acordo com Sandra Pesavento,

Porto Alegre [...] preparou-se para organizar com brilho aquela que seria a feira de encerramento de uma era de progresso e o início dos novos tempos de continuidade daqueles avanços. Razões de natureza ideológica não lhe faltavam para justificar esse espetáculo de modernidade no sul do país. Apoiado numa matriz de orientação política e administrativa de origem positivista, o governo estadual rio-grandense tinha bem presentes as noções de progresso como meta e da manutenção da ordem como pressuposto da evolução desejada. [...] Para os positivistas gaúchos, a questão ia mais além: a república positivista correspondia ao último estágio comtiano da evolução, etapa na qual os princípios da ciência orientariam o mundo e o governo de uma elite de sábios garantiria a administração dos mais capazes sobre a ordem materi-

al e social. [...] Nesse sentido entre os fins que determinaram a realização de uma exposição estadual, [...] estava a comemoração dos dez anos do regime republicano^I e foi só a demora no aprontamento dos prédios que levou a adiar para 1º de janeiro de 1901, a inauguração prevista para 15 de novembro de 1900^{II}.

^I A Federação, Porto Alegre, 21 de fev. 1900.

^{II} Jornal do Estado, Porto Alegre, 14 out. 1900. (Pesavento, 1997, p. 226)

Quanto mais intenso o relacionamento com os países europeus, tanto maior o grau de exigência: a elite clamava por melhores acessos, facilidades de transporte na cidade que crescia para além de seus limites coloniais, saneamento, enfim, reformas. A intenção era de criar-se uma nova ordem, que afastasse o mundo do crime dos centros das cidades, que impusesse a beleza e a higiene para uma convivência feliz, alcançando a verdadeira “Modernidade”, aquela que Paris experimentava desde que Haussmann havia sido prefeito, e que a transformou no símbolo de uma época.³ Era a ordem estabelecida que se materializava na organização da cidade, no seu espaço urbano. Com um discurso claro sobre higiene, circulação e embelezamento, estabelecia uma relação implícita com forma assumida, que justificava claramente esses aspectos. Era a imagem do discurso e o discurso da imagem.

A visão de que a *belle époque* pudesse chegar a todos os lugares infelizmente era equivocada, principalmente quanto ao seu aspecto mais profundo, que era o das práticas sociais. As transferências são mais fáceis de se darem no plano formal-estético, onde o Urbanismo e a Arquitetura podem contribuir para a configuração de uma nova ordem ou para a imposição de novos comportamentos, mas não para mudanças estruturais da sociedade. De qualquer forma, a representação da *belle époque* no imaginário coletivo vinha através das imagens de Paris, de sua nova forma imposta por um urbanismo determinante, organizador, o qual mudou radicalmente a cidade medieval, densa, apertada, sem iluminação e suja. Espaços abertos, rótulas (*rond-points*) para onde confluem largas avenidas com amplas calçadas, bulevares, arborização e canteiros centrais nas vias públicas, parques públicos de dimensões jamais pensadas, foram implantados sobre a velha estrutura, criando uma nova escala de convivência, na qual, ao mesmo tempo em que ampliavam os espaços e expandiam a área urbana, aproximavam, entre si, os equipamentos de maior importância da cidade, como se fez, por exemplo, com as estações de trem. Por outro lado, a homogeneidade da tipologia arquitetônica é

também representativa, marcando claramente uma época, rompida apenas pela construção dos grandes equipamentos, dando um caráter diferencial ao tecido urbano. Alguns exemplares são excelentes, como o Teatro da Ópera, o Grand Palais, a Gare D'Orsay e outros, que se sobressaíram de tal forma, que acabaram se tornando símbolos de Paris, sendo reproduzidos em outras cidades, representando a difusão do avanço cultural da capital francesa.

O Urbanismo surgia, assim, como disciplina dentro de preceitos científicos e técnicos. E é nesse sentido que, a partir do último quartel do século XIX, começava a ser transferido para as demais cidades do planeta como um instrumento regulador, ordenador, embelezador e saneador das cidades. Entretanto, como instrumento “neutro”, dito “científico”, levava consigo as formas de Paris. Muito se falou em criar uma Paris na América, sendo Buenos Aires um excelente exemplo. Em algumas partes da cidade, como o entorno da Plaza de Mayo, a sensação de similitude é tão grande, que não é preciso ser um estudioso da cidade para evocar-se a capital da França.⁴ A materialização desse discurso se dava claramente nas formas que Paris revestia, através do alargamento ou abertura das ruas, com bulevares, avenidas e *rond-points*; parques pequenos e grandes, enfim, implantando uma nova estrutura urbana sobre a antiga e instalando uma infra-estrutura que garantia o saneamento urbano.

AS PRINCIPAIS DOUTRINAS DO INÍCIO DO SÉCULO E A REPERCUSSÃO NO BRASIL, QUANTO À IMAGEM E AO DISCURSO

O plano de Paris e o urbanismo francês: a força da imagem

O prefeito Pereira Passos, do Rio de Janeiro, em 1900, encaminhou a modernização e reformou a cidade, à moda haussmanianna, porém numa escala bem menor: abriu só uma avenida, a Avenida Central, com todas as características morfológicas e tipológicas de um bulevar parisiense. Assim como em S. Petersburg, na Rússia czarista, também foi aberta somente a Avenida Nevsky. Berman (1987), ao tocar nesse exemplo, resalta que a influência francesa não se completava nos países subdesenvolvidos, mas bastava que uma pequena parte da cidade lembrasse Paris para chamar a si a modernidade, o progresso e o desenvolvimento. Com isso, Berman quer dizer que, embora pudessem haver problemas conjunturais semelhantes, os problemas estruturais das sociedades não eram absolutamente os mesmos (Souza, 1997). Estávamos com um discurso e

uma imagem semelhantes, mas a realidade se diferenciava. Enquanto a Europa vinha de um processo fantástico de desenvolvimento do capitalismo, aqui chegava o seu lado perverso, ou seja, o subdesenvolvimento (Frank, 1969). Enquanto Paris transformava por completo sua estrutura viária, aqui era aberta apenas uma avenida. O discurso era completo, mas sua materialização era apenas parcial.

Contávamos com uma elite culta e competente, pregando por todos os lados as novas idéias, bastante atualizadas, as quais demonstravam não um simples tomar de conhecimento, mas um envolvimento significativo com o campo do conhecimento específico, fosse na medicina, na literatura, na criminalística ou na urbanística. Uma República cuja base era o positivismo não podia deixar de valorizar os homens extraordinários de seu tempo, que privilegiavam a Nação com seus discursos científicos, profundos e avançados. As grandes preocupações residiam nos problemas da educação, da saúde, da higiene, do saneamento e do embelezamento, de acordo com padrões estéticos ecléticos. Romper com a cidade colonial, assim como se rompeu com a cidade medieval.

No caso de Porto Alegre, segue-se a corrente. Com o Partido Republicano Riograndense (PRR)⁵ no poder por um grande período de tempo (1889-1937), consegue-se manter uma hegemonia política ao longo dessa continuidade administrativa, divulgando e pregando os princípios positivistas.

O positivismo que na Europa tinha um conteúdo nitidamente reacionário, no Brasil, sob a versão Castilhistas, apresenta projeto em certo sentido progressista. A ideologia, tipicamente burguesa, continha em si ingredientes necessários para seduzir desde a fração de pecuaristas gaúchos, descontentes com a política econômica nacional, até os novos grupos emergentes (comerciantes, industriais e financistas) detentores de capital, setores médios urbanos e com o colonato. (Bakos, 1986, p.45)

Montaury, prefeito da cidade de 1908 a 1924, acompanhou o governador Borges de Medeiros, que sucedeu Júlio de Castilhos, no discurso higienista que representava a pregação do mundo desenvolvido. Embora em condições estruturais diferentes, era realmente necessário melhorar as cidades. O discurso era adequado tanto aqui, no mundo a desenvolver-se, como lá, no mundo que se desenvolvia a passos largos. Então, por que não as mesmas soluções? Avenidas, bulevares, alargamento e/ou prolongamento das ruas e dos becos, ou seja, a mesma imagem,

aquela que concretizaria a modernidade entre nós. *Onde entra o sol não entra o médico* era um ditado popular, segundo Saturnino de Brito, o eminente engenheiro sanitarista brasileiro que, buscando o saneamento das cidades, pregava um urbanismo higienista:

...É preciso alargar as vielas estreitas, sanear as ruas, os quarteirões e as casas, demolir e reconstruir sob novos planos, progressivamente, tanto os casarões como os casebres, escuros no interior, focos de tuberculose e das outras moléstias. (Brito, 1917, p.44)

Analisando a situação do Rio Grande do Sul, afirmou que nenhuma cidade do Estado, em 1917, possuía ainda uma rede de esgotos e bom abastecimento de água. Assim, portanto, não era de admirar que a febre tifóide, moléstia característica das cidades não saneadas, se manifestasse aqui com maior ou menor frequência, predominando nos centros mais populosos e nas épocas mais quentes. Mas estava esperançoso:

É de esperar que tal inconveniente comece a desaparecer dentro em breve, com a execução das obras de saneamento que as municipalidades de Porto Alegre e Pelotas tratam de realizar e que estenderão sem demora às outras cidades. (Brito, 1917, p.12)

A primeira corrente urbanística, vinculada ao discurso do higienismo⁶ e da imagem do Plano de Paris, se prendeu a princípios como a valorização dos eixos, simetria e perspectiva, desenvolvida pela escola dos urbanistas franceses, que se estende até a década de 1930. E sua influência é significativa, chegando, em Porto Alegre, a repercutir tanto no âmbito dos discursos (prefeitos Montaury e Otávio Rocha) (Souza, 1993, p.133-145) como na esfera das imagens, com o Plano de Melhoramentos de João Moreira Maciel, de 1914, que foi sendo posto em prática lentamente, amalgamando-se aos planos subseqüentes. “Do tripé Haussmanniano, Transportar, Sanear e Equipar, o plano Maciel se ocupa fundamentalmente dos dois primeiros itens, aliados à questão da estética da composição” (Souza, 1995, p.10; Castex, 1980).

Decorrente do plano, foram criadas algumas avenidas, as quais estruturaram o sistema viário da cidade e que, com suas palmeiras plantadas por volta de 1940, nos canteiros centrais, reforçavam a idéia de eixo e perspectiva, numa época em que muitas obras são concluídas, passando a embelezar a cidade. A proposta estética foi tão preponderante, que mesmo quando uma avenida se transformava em ponte para

atravessar um canal, a plantação de palmeiras não era interrompida, para não interromper a continuidade da percepção da parede virtual que as mesmas formavam (Ponte João Pessoa, na Avenida Ipiranga).

De qualquer forma, a idéia de ruptura da cidade colonial estava presente, tanto no discurso quanto nas imagens, assim como esteve presente a idéia de ruptura da cidade medieval na proposta de Haussmann. O plano Maciel, elaborado em 1914, é retomado em 1938, sob a coordenação de Arnaldo Gladosh, urbanista que havia trabalhado com Agache⁷ no Rio de Janeiro, e seguia ainda as linhas predominantes do urbanismo francês. Gladosh foi contratado pela prefeitura de Porto Alegre, onde basicamente coordenou alguns projetos pontuais, como o Canal da Avenida Ipiranga, a Avenida Farrapos, a Avenida Salgado Filho e o término da Avenida Borges de Medeiros. Elaborou também três versões de planos para a cidade, que acabaram não sendo executados, mas serviram para expor os princípios da estética clássica com que trabalhava: eixos, perspectivas e simetrias.

Durante todo o período que vai, portanto, de 1914 a 1940, ou seja, de Maciel a Gladosh, os discursos e as imagens dos planos têm relações muito fortes com as suas idéias originais. Os discursos são basicamente oficiais, pregados com a força da instituição do Estado, passando a ter um alcance muito grande. Embora as imagens produzidas aqui fossem bem mais reduzidas do que aquelas produzidas no modelo original em Paris, ou posteriormente através do Rio de Janeiro, o que se pretendia era “vender” à população a imagem de que estaríamos a caminho da modernidade, da cidade bela e plena de progresso com grandes avenidas (Lortie, 1995).

O movimento da cidade-jardim – a força do discurso

A reação contra a imagem criada por Paris, Viena, entre outras cidades que adotavam os princípios estéticos do novo urbanismo, vem logo a seguir com Camillo Sitte, que expõe suas idéias no livro *Der Städtebau nach seinen Künstlerischen Grundsätzen (A construção das cidades segundo princípios artísticos)*, em 1889, o qual teve enorme repercussão nos países de língua alemã. Choay (1971, p.315) afirma que a sua

...obra, inspirada em preocupações estéticas e portanto, numa verdadeira psicologia da arte, e teve sua origem no espanto que produziram em Sitte, os projetos de ordenação do Ring de Viena.

E Haiko (1994, p.130) explica que, para Sitte, esse procedimento está

vinculado ao domínio dos interesses econômicos, tão poderosos que tocam os “limites da arte” e que já não existe relação humana entre a cidade e seus habitantes. “O parcelamento regular em função de considerações puramente econômicas” entranha a monotonia, o despojamento, e com isso, a perda de toda a beleza da cidade que Sitte qualificava de “pintoresca”: rincões, perspectivas variadas – todas as irregularidades de um estrutura urbana desenvolvida.

Realmente, ele reagia contra grandes eixos que permitiam grandes perspectivas, em que o usuário perdia sua referência imediata, contra a regularidade do traçado, em que os aspectos topográficos não eram valorizados e, se possível, eram ignorados, contra a falta de valorização dos espaços de uso dos pedestres, como as praças e as ruas, que tinham em outros tempos um caráter informativo através da tipologia arquitetônica e da morfologia urbana.

A discussão estabelecida a partir de Sitte, com outros arquitetos de língua alemã inicialmente,⁸ como Otto Wagner, Adolph Loos ou Joseph Stübben, desencadeia um período, de acordo com Sutcliffe, “o mais rico na evolução do urbanismo na Europa”, onde

surge uma série de congressos, publicações, visitas e projetos, sem contar os numerosos monumentos; assim, em 1904, aparece a revista Der Städtebau, a primeira revista de urbanismo no mundo; em 1908 se cria a secção de higiene rural e urbana do Museu Social de Paris, em 1910, tem lugar o primeiro congresso mundial de urbanismo, organizado pelo Royal Institute of British Architects. De maneira geral se reconhece a Alemanha como líder mundial do urbanismo. (Sutcliffe, 1994, p.122)

Efetivamente, é uma fase de produção muito fecunda, em que a troca de idéias de melhores soluções para a cidade contribuirá de forma decisiva para o movimento das cidades-jardim, que vem a seguir. Entretanto, aqui o discurso vem separado da imagem construída. Depois de criado o discurso, buscou-se uma forma para materializá-lo.

Na verdade, o movimento Cidade-Jardim nasceu no final do século passado, na Inglaterra, através de imagens formuladas pelo discurso de Ebenezer Howard, que lançava suas idéias através do livro *Tomorrow, a Peaceful Path to a Real Reform* (1946), no qual propunha para uma nova cidade a integração entre a cidade e o campo. Howard tinha como foco principal de suas preocupações os problemas que vinham crescendo em

função do desenvolvimento do capitalismo na cidade: o aumento extraordinário de população nas cidades, a espetacular especulação do solo urbano, o adensamento das construções e a própria extensão das áreas urbanas, problemas estes vistos mais pela ótica das ciências econômicas.

O que Howard pretendia era melhorar as condições de vida dos trabalhadores através do desaparecimento das grandes cidades engendradas pela industrialização, propondo limitação no crescimento populacional da cidade,⁹ com baixas densidades, controle da propriedade da terra urbana, introdução de áreas verdes e, principalmente, integração entre campo e cidade, a qual teria as vantagens de uma cidade associada aos benefícios do campo. O seu discurso não pregava uma imagem formal definida de cidade. O plano, quando fosse criado, teria a liberdade de propor suas formas. Entretanto, no sentido de organizar sua proposta e dar uma orientação objetiva, não ficando na completa abstração, já que se falava de coisas concretas como ruas, avenidas, centro de cidade, área urbana, área rural, Howard criou um esquema geométrico, que ele chamou de diagrama. É importante reforçar que o diagrama da cidade-jardim não devia ser visto como um projeto de cidade, mas sim como um modelo referencial, segundo o próprio Howard. Aliás, o autor avança no sentido de reforçar a idéia de rede urbana, propondo um modelo de integração regional, no qual as cidades-jardim de 32 mil habitantes ficam em torno de uma cidade central com 58 mil habitantes.

A primeira sociedade de cidade-jardim foi criada em 1902, pelo próprio Howard, para a implantação da cidade de Letchworth, próximo de Londres. Para sua elaboração, chamou os arquitetos Raymond Unwin e Berry Parker, que estavam perfeitamente sintonizados com suas idéias e já tinham grande experiência em projetos urbanos, até com características inovadoras. De acordo com Philip Gun, na prática, o paradigma da cidade-jardim também teve de ajustar-se às novas noções de capitalismo racionalizado, compatibilizado com as propostas de reforma urbana do liberalismo radical da Grã-Bretanha na época.

No detalhamento do projeto de cidade e bairro-jardim, a inovação nas normas espaciais, normas estéticas e normas de criação de equipamentos elaboradas segundo os seguidores de Howard, está associada a inovações em padrões de intervenção pública por via de políticas de planejamento urbano, de transporte público, lazer, saneamento e nas normas mínimas de espaço e equipamentos para moradias dos trabalhadores ingleses. (Gun, 1997, p.13)

No projeto de Letchworth, essas características são retomadas e se tornam as referências básicas da cidade-jardim, deixando completamente de lado a forma do diagrama referencial. Surge, então, uma forma para a cidade-jardim, cujas mudanças morfológicas representaram uma verdadeira ruptura com a cidade tradicional.

Para Unwin e Parker, o problema de urbanização com densidades mais reduzidas [...] se transforma numa questão geral de propriedade da terra sob o controle municipal por via de um sistema único de propriedade com poderes de desapropriação compulsória. (p.21)

Letchworth conseguiu manter algumas características do discurso original, como a baixa densidade demográfica, a regulamentação da propriedade privada, além da questão das áreas verdes, que se tornaram uma realidade tão forte dentro da “cidade”, que acabaram por transformar a “cidade-jardim, em cidade com muitos jardins” (Souza, 1996). Barry Parker fala dessas áreas verdes num de seus escritos em 1930.

O aumento do valor da terra pelo processo de urbanização não é diminuído pela possibilidade de parte desta terra sendo convertida numa área verde – é simplesmente transferido para outras terras. Parte poderia ser transferida para o valor de terras contíguas e parte transferida para terras na periferia da cidade, mas nada é perdido. [...] Nos lugares onde a terra é sujeita a um projeto de planejamento urbano envolvendo áreas verdes, segundo a legislação atual de planejamento, metade do aumento de valor das terras teoricamente poderia ser recuperado publicamente como “melhoria”. (Parker, 1930, citado por Gun, 1997, p.21)

Em 1919, Howard cria a segunda cidade-jardim, Welwyn (no caminho entre Londres e Letchworth), e funda a segunda sociedade. Com o projeto de Louis de Soisson, Welwyn reforça os aspectos urbanísticos implantados na primeira: baixa densidade, muita área verde, uso do interior das quadras, *cul-de-sac* (rua sem saída), construções recuadas dos limites do lote, com ajardinamentos (Souza, 1996).

Essa nova forma urbana assumiu no imaginário coletivo a própria representação da imagem da cidade-jardim, integrada a um discurso social na sua implantação. Mais próxima de Londres, com a possibilidade de ser construída mais rapidamente (Letchworth levou muito tempo para

ser ocupada: em 1930 ainda haviam muitos vazios), Welwyn acabou por tornar-se a imagem acabada de cidade-jardim.

A verdadeira cidade-jardim reaparecerá depois da Guerra, com Welwyn Garden City, em 1920, e com a lei sobre as cidades novas (new-towns) em 1946. Sem dúvida Howard é quem exerceu uma influência mais importante no urbanismo nacional na Inglaterra, a favor de um entorno embasado no princípio do povo como unidade. (Sutcliffe, 1994)

O movimento cidade-jardim se propaga para o mundo todo, adotando sempre algum aspecto dessa morfologia urbana, seja pelas áreas de jardins, prédios afastados dos lotes, como pelas baixas densidades, demográficas ou de edificações, mas não será sempre que haverá uma correspondência efetiva entre o discurso e a forma urbana. O *discurso* de Howard foi criado em cima de uma utopia, apenas com algumas imagens formais concretas, mas que não foram utilizadas nas cidades-jardim, em nenhum caso, como o Palácio de Cristal, elemento de forte apelo, ou o bulevar. As suas idéias continuaram se propagando de maneira significativa, adaptando-se às transformações dos tempos. O movimento das *new-towns* no pós-guerra de 1944 vem corroborar com essa afirmativa. O urbanismo social das cidades-jardim estava em ascensão na Inglaterra, França e Alemanha.

Entretanto, um novo discurso se depreende da imagem criada por Letchworth e Welwyn, e vai propagar-se, associando-se às questões higienistas e passando a reforçar as questões das áreas verdes, das baixas densidades de construção, de um pulmão verde para a cidade, enfim, da preparação de um ambiente onde se obteria qualidade de vida urbana, onde as pessoas poderiam desfrutar melhor e com maior tranquilidade as vantagens dessa nova interpretação de cidade, onde até as crianças poderiam brincar nos jardins de frente das casas e a classe trabalhadora viveria com dignidade.

A autonomia tão pregada por Howard, na qual o campo do entorno deveria suprir as necessidades da cidade, onde se estabeleceriam os 2 mil habitantes não urbanos, jamais foi conseguida. De maneira geral, as cidades-jardim, na sua maioria, não passaram de bairros, extensões ou, no máximo, cidades-satélite, que se assemelhavam mais pela forma proposta por Unwin do que pelas idéias lançadas por Howard.

Surgem, assim, pelo menos duas imagens que se desprendem da cidade-jardim, a *imagem* proveniente do *discurso* de Howard, que vai ficando cada vez mais fraca, e aquela *imagem* dos projetos e obras de

Unwin, que se tornou uma forte marca referencial a partir de Letchworth, 1904. No seu livro *Town Planning Practice* (Unwin, 1909/1911), sobre os procedimentos técnicos do planejamento, propõe praticamente uma ruptura formal da cidade. Autor, juntamente com Barry Parker, do projeto de New Earswick, em 1900, ambos também desenvolveram o projeto de Hampstead Garden, 1905, nos quais as características projetuais ficam registradas definitivamente: traçado orgânico, com ruas sinuosas, uso do interior dos quarteirões, uso de uma forte hierarquização viária, cujo último nível é a rua sem saída (*cul-de-sac*). Circulação de pedestres, áreas verdes, arborização e já construções afastadas dos limites dos lotes. A propagação dessa imagem acaba por levar a um outro tipo de discurso, aquele que vai falar das peculiaridades do lugar, das características do projeto, enfim, o discurso da exaltação da imagem formal.

Esse discurso da imagem da cidade-jardim, descolado de seu conceito inicial, propaga-se em especial nos Estados Unidos, onde sofre algumas alterações com a introdução de novas práticas de implantação. A partir de então, o modelo americano passa a funcionar como elemento multiplicador da “cidade-jardim”, ou melhor, de uma área urbana com muitos jardins – são as chamadas *green-belts*.

No final da década de 1920, nos Estados Unidos, é levada a efeito a construção de Radburn pelos arquitetos Clarence Stein e Henry Wright, depois de terem ido à Inglaterra, visitado as cidades-jardim e ficado realmente impressionados com elas, como Stein comenta no seu livro. Radburn não se trata de uma cidade propriamente, mas de um bairro afastado do centro da cidade, um subúrbio. Esse projeto torna-se modelo, e, a partir de então, são construídas nos Estados Unidos inúmeras *Green-Belt Cities*, com as mesmas características urbanísticas: reformulação da escala, baixas densidades, adequando totalmente ao uso de automóveis; superquadras, onde as casas estão voltadas para o interior, dando para um parque interno; ruas sem saída dão acesso às residências, penetrando por essas quadras, são os *cul-de-sac* também conhecidos como *entra-e-sai*, selecionando o tráfego de veículos; circulação de pedestres pelo parque interno, possibilitando inclusive o deslocamento das crianças até a escola, sem que essas tenham de atravessar ruas. A escola como centro da comunidade foi a base do projeto de Radburn, no qual foi introduzido o conceito de Unidade de Vizinhança, onde o lote deixou de ser a unidade de planejamento. A escola e os serviços básicos foram dimensionados para atender ao número de habitantes de ocupação da área, mudando, com isso, toda a forma de projetar e pensar o urbanismo.

A imagem de “cidade-jardim” se propaga intensamente nos Esta-

dos Unidos associada à forma de urbanização de Radburn. O fato de o conceito de Unidade de Vizinhança introduzido por essa *cidade* americana passar a ser aplicado nas *new-towns* inglesas do segundo pós-guerra, inserindo-se de vez no programa das cidades-jardim, contribuirá para o surgimento de uma confusão sobre a origem formal ou da materialização da cidade-jardim, levando muitos autores a referirem-se a ela como se fosse americana.

A imagem descolada do discurso social passa a assumir, então, características muito fortes, e a sua maior divulgação é feita justamente através dos Estados Unidos, agora sem nenhum daqueles aspectos ideológicos pregados por Howard, mas muitas vezes, apesar disso, usando o seu nome ou o da “cidade-jardim”. Nos anos 50, o cinema americano vende para todo o mundo as imagens do *american way of life*, através das novas propostas de urbanização, valorizando a vida do subúrbio. A tranquilidade com que as donas-de-casa saem para as compras nos seus automóveis, deixando antes seus maridos na estação do trem que os levará para o serviço nas grandes cidades, ou a vida das crianças que brincam pelo parque em direção à escola, andam de bicicletas pelas ruas arborizadas, ou, ainda, permanecem em frente às suas casas, brincando no jardim sem cerca, onde sempre está estacionado um carro prestes a sair a qualquer momento, são algumas cenas da vida cotidiana da família americana, exploradas por Hollywood, que tiveram um alcance fantástico. A imitação não demora a acontecer. Não se trata mais da cidade-jardim de Howard, nem a de Unwin ou Parker, mas é a cidade-jardim do imaginário urbano coletivo, que se propaga intensamente.

De um lado, a imagem forte, viva, identificando-se com a modernidade americana que propicia tranquilidade para a sua classe média. Do outro, um discurso social-higienista-reformista, que se preocupa com as habitações populares, com as condições sociais da habitação em meio a parques e jardins, como se fosse um pulmão para a cidade. Assim, para um mesmo modelo, a solução para a moradia operária e a solução para sociedade burguesa. Uma dicotomia surpreendente, mas cujos discursos, sejam técnicos, políticos ou leigos, florescem pelo mundo afora ao lado de novos projetos criados à imagem de Letchworth, Welwyn ou Radburn, que representa a cidade-jardim apenas por suas características formais. É interessante ver como os leigos se surpreendem com os espaços de Welwyn e acabam por concluir que há tão grande semelhança com as cidades americanas e que, certamente, teria havido alguma influência na sua construção. Nem sequer imaginam que aqui repousa a origem dessa forma de assentamento.

As influências são inegáveis. Sejam pelos aspectos conceituais,

como pelos aspectos formais. A idéia de cidade-jardim é vendida para o mundo como solução para os grandes conflitos das cidades modernas, onde se propõe a introdução de muita área verde, associada à tranqüilidade, com baixas densidades habitacionais e construtivas. Características perfeitas para uma burguesia sequiosa de obter o seu próprio lugar. Os produtores do espaço, na ânsia de construir esse ambiente, se apropriaram do modelo experimentado na Inglaterra, esquecendo, não apercebendo ou, até mesmo, desconhecendo o fato de que esse se originou de uma proposição para a população de baixa renda, onde a divisão do solo deveria manter-se íntegra, e a propriedade deveria ser coletiva.

No Brasil, a idéia de cidade-jardim chegou através de Barry Parker, um dos autores de Letchworth, que veio para São Paulo, na década de 1910, trabalhar numa companhia de urbanização em que realizou um dos projetos mais marcantes da cidade, o Jardim América. Logo depois, foram criados os jardins Europa e Paulista, conferindo o nome genérico para a região de Bairro dos Jardins, talvez, hoje, um dos referenciais mais fortes da cidade. Muitos outros bairros foram criados para muitas outras cidades, com as características dos bairros jardins por todo o País.

Nas décadas de 30/40, quando Porto Alegre se vê na contingência de promover seu crescimento físico espacial, surgem na cidade uma série de bairros jardins, como as Vila Balneária Nova Belém (data de aprovação na Prefeitura-1927), Vila Cristo Redentor (1930), Balneário de Ipanema (1931), Vila Conceição (1940), Vila Chácara das Pedras (1931), Vila Assunção (1938), Vila Jardim (1931/42), Vila Floresta (1938), Avenida Bastian (1937) e a Vila do IAPI (1944). Com exceção da última, as demais são fruto da iniciativa privada, cujas propagandas de vendas costumam mostrar casas recuadas das divisas do lote e ruas arborizadas, como é o caso do Loteamento da Avenida Bastian, com terrenos de 20m de largura. (Souza, 1996)

Trata-se agora de um empreendimento que chega a nós basicamente a partir das empresas de loteamento e urbanização, como se costumava denominá-las na época. Promovido principalmente pela iniciativa do setor privado, portanto, de forma diferente do movimento original. Os discursos eram sobre o projeto e muitas vezes eram lançados à mídia de então através de jornalistas ou dos próprios empreendedores que expressavam sua posição pessoal ou faziam propaganda de lançamento.

Porém, o que chama a atenção em relação aos projetos subseqüentes,

pelo menos em Porto Alegre, é a falta de clareza de como se deu essa influência do ponto de vista técnico. Os autores que podem dar seus depoimentos nem sempre mostram um grande conhecimento sobre o assunto.

O engenheiro Marcos Kruter é autor do projeto da Vila do IAPI de Porto Alegre (Fayet, 1994), um dos projetos de melhor qualidade, senão o melhor, dentro do movimento cidade-jardim, inclusive pelos seus princípios. Em entrevista poucos anos antes de morrer,¹⁰ afirmava que, quando da elaboração do projeto, teria tido em mãos um livro alemão chamado *Der Städtebau*, no qual viu vários projetos com características urbanísticas que lhe chamaram a atenção pela forma de implantação. A idéia de que pudesse ser o livro de Camillo Sitte com esse título foi de imediato descartada, por ser um livro teórico e não de projetos. Mas levantou-se a hipótese de que se tratava da revista com esse nome, organizada também por Sitte. Kruter insistiu que era mesmo um livro, o que nos levou a pensar em um outro urbanista alemão, Stübgen, o qual também escreveu um livro com o mesmo título. Embora ele não soubesse confirmar, era indubitável a influência da cidade-jardim. Entretanto, ele fazia questão de reforçar que havia introduzido no projeto o sistema *rolling grade*, que permitia ruas com curvas em terrenos íngremes com maior segurança. Esse projeto data de 1944.

Contudo, o fato de ter-se encontrado um outro anteprojetado para a Vila do IAPI, de autoria do engenheiro J. Sabóia Ribeiro, do Rio de Janeiro, datado de 1940, cujo partido e várias características projetuais eram as mesmas, foi realmente surpreendente. Mesmo um pequeno *crescent*, implantado ao lado da Avenida Assis Brasil, um detalhe tão específico e individual do projeto de Ribeiro, repete-se no projeto de Kruter. Trata-se, sem dúvida, do projeto que serviu de base para este autor implantar e adaptar o sistema do *rolling grade*. Isso esclarece por que, ao ser perguntado sobre as procedências teóricas de suas idéias, o engenheiro foi evasivo, o que realmente o preocupava era a questão técnica, mais pertinente ao seu campo profissional. Para ele, o projeto urbanístico era uma imagem que estava pronta para ser implantada, não havia por que discutir!

Um outro caso bastante significativo foi o do engenheiro Leiria (1940, p.16), autor do projeto da “Vila Assunção”, feito para a burguesia ascendente, com boa qualidade também. Ao ser entrevistado, não se referiu nenhuma vez ao movimento de cidade-jardim, mas disse que recebeu influência direta do urbanismo dos Estados Unidos, com o qual mantinha contatos através de colegas. Fez questão de implantar calçadas com passeios entre gramas, que era o que havia de “mais moderno” por lá na época. Interessante que ele implantou os princípios conceitu-

ais da Unidade de Vizinhança, mas a isso também não se referiu, assim como não falou das passagens pelo meio das quadras.

Para complicar mais o quadro referencial teórico, pode-se destacar o projeto da “Vila Jardim”, em Porto Alegre, da Cidade do Imbé ou do projeto teórico de uma vila operária na Várzea do Gravataí, atribuídos ao engenheiro urbanista Ubatuba de Farias, eminente professor, um dos criadores do Curso de Urbanismo em nível de pós-graduação da Universidade do Rio Grande do Sul, em 1948. Ubatuba de Farias, nos seus projetos, refletiu essencialmente a aplicação do modelo de Howard, com seus círculos e radiais. Ao contrário dos demais exemplos, a influência teria se dado não pela imagem aplicada, mas pelo discurso técnico, no qual se inseria o próprio *diagrama* (Faria, 1936, p.91).

AS TRANSFERÊNCIAS DAS IDÉIAS DE CIDADE-JARDIM NO ÂMBITO DE PORTO ALEGRE

Considerando o afastamento das idéias originais pelos produtores do espaço, arquitetos, engenheiros e empreendedores, nas décadas de 1940 e 1950, é de causar surpresa saber que o discurso da cidade-jardim já ocorria em nosso meio desde a década de 1920. Seja através dos jornais, de relatórios técnicos ou, ainda, de livros disponíveis. É possível perceber como todos se mostravam entusiasmados com a nova proposta. Exortavam-na como solução aos problemas atuais das cidades, embora dissociados da imagem que moldaria os bairros jardins mais tarde.

[...] Compreenderam os higienistas que era necessário associar, na medida do possível, condições tão diferentes e contraditórias como são as da cidade e do campo. [...] Surgiu ainda uma criação mais extraordinária, em que a combinação da vida urbana com a vida ao ar livre se faz de uma maneira quase perfeita. São as cidades-jardins, de que existem numerosos exemplares na Europa e na América. Não bastam ali, para realizar as mais saudáveis condições de vida nas aglomerações urbanas, as vastas e numerosas praças, os belos parques, as intermináveis avenidas arborizadas. É muito, mas não basta, porque o ar que circunda imediatamente às habitações e penetra nos aposentos, esse não recebeu a vivificadora influência dos vegetais. No seio dos quarteirões muito densos e compactos, pode-se dizer que o ar não se renova e a luz escassamente penetra. (Diário de Notícias, 4 de abril de 1925)

Entretanto, os discursos não ficaram somente em nível de imprensa; técnicos do próprio governo mostravam já um profundo conhecimento sobre o tema. “No Relatório do Diretor do Porto de Porto Alegre, Francisco Rodolfoimch, ao Diretor Geral do Tesouro em 30/06/1931”,¹¹ encontramos menção de cidades-jardim explicitamente.

A idéia de cidade jardim originou-se há muito tempo, em 1898, na Inglaterra. Porém, data de pouco tempo a construção dessas cidades na Europa, sendo a mais encantadora a cidade de Port Sunlight,¹² vizinha de Liverpool e Birkenhead. A principal diferença entre a cidade ordinária e a cidade jardim é esta: aquela fica a mercê da licença desenfreada de especuladores, constructores, proprietários, a um conflicto constante de interesses públicos e privados. [...] a outra é uma comunidade inteligentemente projectada e harmoniosamente ajustada em que se acham sempre acentuados antes os direitos da comunidade do que os direitos do proprietário individual. (Citado por Souza, 1993/1994)

Nesse relatório, o autor cita exemplos significativos da implantação de agrupamentos de casas de operários com as características propostas:

próximo as officinas da Viação Ferrea em Gravatay, um dos locais mais industriosos e mais povoados de operários. As casas são espaçosas, hygienicas e foram projectadas num só lance de 16, porém construidas em 2 de 8, sobre pilares de alvenaria de tijolo, paredes divisórias de alvenaria do mesmo material, divisões internas e paredes externas de madeira e cobertura de telhas francezas [...] entregues à Municipalidade em dezembro de 1926.

E, mais adiante:

Oxalá os poderes públicos continuassem a construir casas para operários em lugares seccos e saudáveis, como estão situadas as da Estrada D.Theodora, porque a classe pobre seria desenvolvida mais forte, melhor contribuindo conseqüentemente, para o progresso da Humanidade.

Também era possível encontrar em Porto Alegre, nas prateleiras da biblioteca da Escola de Engenharia ou dos escritórios dos engenheiros

da época, uma quantidade significativa de livros e revistas estrangeiras, principalmente alemães, sobre o urbanismo da década de 1920, em que o tema cidade-jardim era uma constante.

Entre as publicações estava a fantástica coleção traduzida por nós como *Discursos de urbanismo*, com temas interessantíssimos discutidos no Seminário de Urbanismo da Escola Superior Técnica de Berlim (Seminar für Städtebau an der Königlichen Technischen Hochschule zu Berlin), cuja publicação foi organizada por Joseph Brix e Felix Genzmer.¹³

Além desta, achava-se, também, a já citada revista *Der Städtebau (Urbanismo ou A Construção de Cidades)*, organizada por Camillo Sitte (1904).¹⁴

De uma maneira geral o conteúdo genérico dessas publicações tratava de:

- 1- teorias urbanísticas e suas tendências mais recentes;*
- 2- estudos sobre o processo histórico de formação do espaço urbano;*
- 3- o desenvolvimento da legislação urbana;*
- 4- projetos urbanísticos e suas representações gráficas, vinculados a concursos ou não;*
- 5- divulgação de feiras, exposições, concursos e lançamento de livros.*¹⁵

Discutiam conceitos, mostravam experiências e interpretavam a história. Merecem ainda destaque alguns trechos de determinados textos, para mostrar como ficaria atualizado quem os lesse. E, de acordo com Souza, o autor de um dos textos, Salomon (citado por Souza, 1993/1994), dizia:

[...] a idéia de cidade jardim, foi largamente utilizada, até pelas construtoras ou indústrias, que ao construírem vilas operárias, procuravam dar a elas, um caráter de “uma vida mais saudável” com muito verde, recuos para jardim e outros recursos, que podiam facilmente confundir o cidadão desavisado, ou o leitor de hoje, com o Movimento de Cidade Jardim, criado e organizado por E. Howard. (p.5)

Por muito tempo de forma enganosa, aqueles conjuntos de casas bonitas e práticas receberam a denominação de “cidade jardim”, até por isso, um devido esclarecimento se faz necessário. (p.8-9)

E isso continua!

De acordo com o artigo, quem primeiro desenvolveu teoricamente a idéia de cidade-jardim foi Theodor Fritsch, em 1896, dois anos antes de Ebenezer Howard. Essa afirmativa até pode estar correta, já que o conceito elaborado por ele parece estar de acordo com o conceito de Howard. Conforme a nossa tradução, Fritsch afirma que a

Cidade Jardim é um conjunto de habitações (Kolonie) projetada sobre terrenos baratos de propriedade da sociedade (Estado, comunidade, sindicato, etc.) de modo que seja evitada a especulação de terrenos ou o aumento de seus valores. Essa proposta social e econômica traz também à nova cidade o jardim – próprio para os menos abastados – justificando sua denominação.

E Salomon continua sua hipótese mostrando que:

Com essas palavras o alemão Theodor Fritsch defende sua idéia e lança, em 1896, em Leipzig, “A Cidade do Futuro” e a “Nova Comunidade”, com projetos, plantas e orçamentos, propondo, pela primeira vez nos últimos trinta anos, soluções bem pensadas para uma nova cidade e seu desenvolvimento. Fritsch considera as vilas e os conjuntos de habitações existentes como resultado do destino. Ele defende que a construção da cidade e a configuração de tudo o que nela ocorre deve ser mais do que um simples acaso, e prega uma “innere Ordnung” (ordem interna), sugerindo uma decomposição de cidade. Uma de suas questões é o que a fábrica quer do lado da casa de diversões, o quartel ao lado da igreja e o matadouro ao lado da escola. Fritsch previa mudanças no rendimento da produção, valorização do solo e a administração pela comunidade. A saúde e o conforto dos cidadãos se tornaram preocupações prioritárias.

Howard quer que as mesmas sejam consideradas, antes de unidades, e corpos independentes, uma busca de soluções para os males ingleses. Howard junta teorias ao seu pensamento das Cidades Jardins e as aproxima de um objetivo real e prático.

Sobre a cidade-jardim inglesa, o autor conclui que:

Como exemplo, a miséria surge na cidade devido à ocorrência do êxodo rural e novamente a cidade jardim é sugerida como tentativa de soluções. É o primeiro impulso dado através de perguntas conscientes sobre o desenvolvimento urbanístico. [...] A raiz do

problema das cidades, como todas as raízes, está no solo, querendo se referir à especulação imobiliária e mostra sua preocupação com a administração pela comunidade, assunto extremamente atual, 100 anos mais tarde. (p.8-9)

Uma outra abordagem, ainda na mesma revista, é um interessante estudo comparativo entre as cidades-jardim da Inglaterra e as cidades-jardim da Alemanha do início do século XX, mostrando que a qualidade dos empreendimentos ingleses era muito superior, permitindo uma comparação com os novos investimentos.

Salomon resume em quatro itens as grandes diferenças entre os dois países (Alemanha e Inglaterra) que favorecem a criação de cidades-jardim nesta última:

1- Direito à terra e moradia – que existe na Inglaterra.

2 - Cidades repletas.

3 - Número considerável de indústrias na Inglaterra em relação à Alemanha. Tradição em indústrias e na relação entre patrões e operários.

4 - Legislação habitacional também existente na Inglaterra; ausência dela na Alemanha.

Temas que passa a desenvolver, mostrando a vasta abrangência da abordagem. Como se vê, discursos completos, divulgação de amplo alcance, sem possibilidades de medir-se sua extensão. Por outro lado, um discurso muito diferente daquele que discute o projeto, a forma que assumirá, enfim, sua imagem.

Na literatura local, dos poucos autores gaúchos que conseguem relacionar os pressupostos teóricos às suas idéias, foi o engenheiro Benno Hoffmann (Souza, 1993/1994) que teve a oportunidade de estudar na Alemanha, entrando em contato com engenheiros e arquitetos da época, inclusive Brix e Genzmer, que organizaram o Seminário de Urbanismo já citado. Esse profissional teve sua atuação como engenheiro do Estado, tendo sido diretor do Porto, além de atuar no campo do ensino, como professor na Escola de Engenharia.

Ao que parece, imagens e discursos não chegaram simultaneamente para harmonizar as novas propostas. Os discursos e imagens caminharam independentemente, promovendo interpretações diferentes. Pelo contrário, muitas vezes, o que aconteceu foi a criação de um novo discurso sobre a imagem criada, completamente desvinculado do original. Aliás, isso ocorreu desde o início, como revela Salomon, anteriormente citado, mostrando o uso indevido do nome de cidade-jardim para um alinhamento de casas com jardins.

Como se vê, uma abordagem ampla e extensa sobre o assunto, em que surpreende o total afastamento daqueles que projetaram os bairros jardins de Porto Alegre.

Por outro lado, embora nasça de um discurso de natureza social, voltado para a solução do problema habitacional para a classe operária, a imagem da cidade-jardim se associa muito mais, pelo menos no âmbito dos países do Terceiro Mundo, ao discurso da burguesia capitalista, que procura o subúrbio como forma de bem morar.

Por fim, Topalov (1990) levanta uma questão crucial, baseado num estudo de Sellier (citado por Topalov, 1990), que constata que “a construção das cidades-jardim é considerada como um fator essencial da educação popular na luta contra a vivenda insalubre, a tuberculose e o alcoolismo”, mostrando, também, que o que a distingue dos demais projetos é justamente o fato de não tratar somente das necessidades do indivíduo, mas também da necessidade das relações comunitárias. “Porém surge um problema: os trabalhadores não compartilham essas preocupações” consideradas essenciais como o “ar, a beleza e as novas relações sociais”.

A questão da reforma da habitação, assim como o seguro desemprego, como setores integrantes de políticas sociais progressistas, têm sua origem em um projeto educativo relativo aos trabalhadores urbanos e não nas exigências destes últimos. De acordo ainda com Topalov (1990, p.338-339), essas políticas sociais contrariavam “dois hábitos bem arraigados das classes populares: a mobilidade e intermitência do emprego assalariado e a preferência pelas habitações baratas de seus bairros tradicionais”.

Essa constatação se não explica, justifica por que a burguesia se apropriou da imagem da cidade-jardim, que havia sido elaborada para os trabalhadores de renda baixa. Estes, em princípio, a rejeitaram, e aquela, sempre afeita a mudanças, busca de melhores condições vida e de representação social, a tomou para si como modelo, acrescentando o ingrediente da valorização e do *status*.

Talvez seja essa interpretação dada ao projeto da Vila Operária ou Vila Jardim em Porto Alegre. Já que se tratava de área de habitação para as classes populares, Ubatuba decidiu-se pela utilização do modelo original de Howard, o qual o autor denominava de diagrama, e não pela forma mais usual, aquela de Unwin, Parker ou Stein e Wright (Radburn), que já estava comprometida com a burguesia. Mas esse já é um outro assunto que merece ser aprofundado. Fica de sugestão para outros pesquisadores.

NOTAS

1. Ver Eco, Umberto. *A estrutura ausente – o signo arquitetônico*. 7.ed. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1991.
2. Caio Prado Jr. e Celso Furtado são autores de clássicos sobre a história econômica do Brasil.
3. Nesse sentido, ver Walter Benjamin (Paris, Capital do Século XIX. *Obras escolhidas*) e outros autores, como Rouanet ou Bolle.
4. Ver Lortie, A. *Paris S'Exporte – Architecture Modele ou Modele D'Architectures*. Paris: Ed. Pavillon de l' Arsenal – Picard Editeur, 1995.
5. PRR – *Partido Republicano Riograndense*, era o partido político, de idéias castilhistas, cujo mentor Júlio de Castilhos propagava as idéias de Comte no sul do Brasil.
6. Exposição dos discursos higienistas em Souza, Célia Ferraz de e Damásio, Cláudia Pilla. Os primórdios do urbanismo moderno – Porto Alegre na administração Otávio Rocha. In: Panizzi, Wrana e Rovatti, João (Orgs.). *Estudos urbanos - Porto Alegre e seu planejamento*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1993.
7. Agache foi um dos fundadores da *Société Française des Urbanistes*, que tinha como intenção a divulgação do urbanismo no início do século, “como prática e ciência de estudo e intervenção nas cidades” (Lamas, 1993, p.273).
8. O livro de Sitte só seria traduzido para o francês em 1902, por Camille Martin, sob o título *L'Art de Bâtir des Villes*, mas “exerceria uma influência decisiva na hora de realizar as cidades-jardim inglesas e pesaria sobre o urbanismo culturalista anglo-saxão” (Choay, 1971).
9. A cidade-jardim deveria ter no máximo 32 mil habitantes: 30 mil na cidade propriamente dita e 2 mil no campo.
10. Kruter deu entrevista para o nosso grupo de pesquisa em 1994.
11. Citado no relatório apresentado ao general J. A. Flores da Cunha, interventor federal, pelo doutor Francisco Antunes Maciel Jr., secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, em 26/9/1931, 2º volume. Porto Alegre, *A Federação*, 1932.
12. Port Sunlight é um projeto de vila operária, anterior a Howard, mas que certamente influenciou Unwin quanto à sua proposta de morfologia urbana. (Nota da Autora.)
13. Publicado em Berlim por: Wilhelm Ernst e Sohn. Analisados o volume 6, fasc. 3, de 1913 e o volume 4, fasc. 2, de 1912.
14. Herausgeber (Editor): Werner Hegemann Public.: Ernst Wasmuth –Berlim, edições entre 1925 e 1928.
15. De acordo com a tradutora Ines Martina Lersch.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAKOS, Margareth Marchiori. *A continuidade administrativa no governo municipal de Porto Alegre 1897-1937*. São Paulo, 1986. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo.
- BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. *Einaudi*, n.5, Anthropos-Homem, 1986.
- BERMAN, Marshal. *Tudo que é sólido se desmancha no ar*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.
- BRITO, Saturnino de. *Saneamento de Rio Grande*. 1917.
- CASTELLS, Manuel. *Imperialismo y Urbanizacion en América Latina*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1973.
- CASTEX, PANERAI et DE PAULE. *Formes Urbaines: de l'ilôt à la barre*. Paris: Dunod, 1980.
- CHAUI, Marilena. *Convite à filosofia*. 5.ed., São Paulo: Ática, 1995.
- CHOAY, Françoise. A história e o método em urbanismo. In: BRESCIANI, Stella. *Imagens da cidade, séculos XIX e XX*. São Paulo: Marco Zero, 1994.
- _____. *El Urbanismo – Utopias y Realidades*. Barcelona: Editorial Lumen, 1971.
- FARIA, L. Ubatuba de. Bairro industrial e operário da Várzea do Gravataí – Porto Alegre. *Boletim da Sociedade de Engenharia*, n.15, p.51-95, jan. 1936.
- FAYET, Carlos Maximiliano. *IAPI – patrimônio cultural da cidade*. Porto Alegre: Arquitetos Associados, 1994. (Texto entregue à Prefeitura Municipal de Porto Alegre.)
- FRANK, Gunder. O desenvolvimento do subdesenvolvimento. In: PEREIRA, Luis. *Urbanização e desenvolvimento*. São Paulo: Zahar Ed., 1969.
- GUN, P. O paradigma da cidade jardim na via fabiana da reforma urbana. *Espaço & Debates*, v.17, n.40, 1997.
- HAIKO, Peter. La Trilogia Vienesa: Wagner, Sitte e Loos. In: DETHIER, J. e GUIHEUX, A. *Visiones Urbanas Europa 1870-1993. La Ciudad del Artista, La Ciudad del Arquitecto*. Barcelona: Sociedad Editorial Electa, 1994.
- HOWARD, Ebenezer. *Garden Cities of Tomorrow*. London: Faber and Faber, 1946.
- LAMAS, José M. R. G. *Morfologia urbana e desenho da cidade*. Lisboa: Fund. C. Gulbenkian, 1993.
- LEIRIA, Ruy de Viveiros. Projeto de urbanização da Vila Assunção. *Boletim da Sociedade de Engenharia*, Porto Alegre, n.31, jan. 1940.
- LORTIE, André. *Paris S'Exporte – Architecture Modele ou Modele D'Architectures*. Paris: Ed. Pavillon de l'Arsenal – Picard Editeur, 1995.
- PAIVA, Edvaldo. A urbanística e a realidade brasileira. *Cadernos de Estudos CEUA*, Porto Alegre, 1959.
- PESAVENTO, Sandra J. *Exposições universais – espetáculos da modernidade do século XIX*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1997.
- SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1968.

- SOUZA, Célia Ferraz de. *A teoria da cidade jardim e a prática dos bairros jardim, Transferências e adaptações*. (mimeo.) abr. 1996.
- _____. O urbanismo de representação. In: SOUZA, Celia Ferraz de e PESAVENTO, S. J. *Imagens urbanas*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1997.
- _____. *Entre a cidade do desejo e a cidade do possível. Um plano de melhoramentos para Porto Alegre em 1914*. (mimeo.) 1995.
- _____. *Urbanismo do início do século. A bibliografia alemã em Porto Alegre*. 1993/1994
- _____. e DAMÁSIO, Cláudia Pilla. Os primórdios do urbanismo moderno – Porto Alegre na administração Otávio Rocha. In: PANIZZI, Wrana e ROVATTI, João (Orgs.). *Estudos urbanos – Porto Alegre e seu planejamento*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1993.
- SUTCLIFFE, Anthony. El Nacimiento de una Disciplina. In: DETHIER, J. e GUIHEUX, A. *Visiones Urbanas Europa 1870-1993 - La Ciudad del Artista, La Ciudad del Arquitecto*. Barcelona: Sociedad Editorial Electa, 1994.
- TOPALOV, Christian. De la “Cuestión Social” a los “Problemas Urbanos”: Los reformadores y la Población de las Metropolis a Principio del Siglo XX. *Revista Internacional de Ciências Sociais – Unesco*, n.125, set. 1990.
- UNWIN, Raymond. *Town Planning in Practice. An introduction to the art of designing of cities and suburbs*. London: Ficher–Unwing, 1909/1911.